

--- 簡要裁判（按照經第 9/2013 號法律修改的<<刑事訴訟法典>>第 407 條第 6 款規定） ---
--- 日期：27/07/2017 -----
--- 裁判書製作法官：蔡武彬法官 -----

上訴案第 658/2017 號

上訴人：A

澳門特別行政區中級法院裁判書製作人

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院控告第一嫌犯 A、第二嫌犯 B、第三嫌犯 C、第四嫌犯 D 及第五嫌犯 E 為直接共同正犯，彼等既遂行為觸犯了澳門《刑法典》第 198 條第 2 款 a)項及 e)項配合第 196 條 b)項及 f)項(二)目所規定及處罰的一項加重盜竊罪,並請求初級法院以普通訴訟程序對其進行審理。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR2-16-0495-PCC 號案件中，經過庭審，最後判決：

1. 指控第三嫌犯 C 以直接共同正犯、故意及既遂的方式所觸犯的《澳門刑法典》第 198 條第 2 款 a)項及 e)項配合第 196 條 b)項及 f)項(二)目所規定及處罰的一項「加重盜竊罪」(共犯)，判處罪名不成立。
2. 第一嫌犯 A 為直接共同正犯，其故意及既遂的行為已構成：《澳門刑法典》第 198 條第 2 款 a)項及 e)項配合同一法典第

196 條 b)項及 f)項(二)目所規定及處罰的一項「加重盜竊罪」(共犯)，判處 4 年 6 個月的實際徒刑。

3. 第二嫌犯 B 為直接共同正犯，其故意及既遂的行為已構成：《澳門刑法典》第 198 條第 2 款 a)項及 e)項配合同一法典第 196 條 b)項及 f)項(二)目所規定及處罰的一項「加重盜竊罪」(共犯)，判處 2 年 6 個月的徒刑，准予暫緩 3 年執行，作為緩刑條件，第二嫌犯在緩刑期間需附隨考驗制度。
4. 第四嫌犯 D 及第五嫌犯 E 為直接共同正犯，其故意及既遂的行為已構成：《澳門刑法典》第 198 條第 2 款 a)項及 e)項配合同一法典第 196 條 b)項及 f)項(二)目所規定及處罰的一項「加重盜竊罪」(共犯)，判處 3 年 6 個月的實際徒刑。

上訴人 A 不服判決，向本院提起了上訴。¹

¹ 其葡文內容如下：

1. Como resulta do Ac. Recorrido e da prova produzida em audiência, a condenação do recorrente sustentou-se, apenas, nas declarações do 2º arguido, o qual confessou os factos e neles envolveu o recorrente.
2. Havendo o aresto concluído que o recorrente estivera não só envolvido no crime mas fora um elemento essencial na sua prática, dada amizade que tinha com a vítima e o conhecimento do seu apartamento.
3. Desvalorizando a afirmação do recorrente no sentido de que já estivera, pelo menos uma vez, com o 2º arguido na residência da vítima, do que poderia, em contrário, depreender-se que o 2º arguido não precisaria do recorrente para executar o crime.
4. Houve dois factos não ponderados pelo Tribunal: (1) a vítima afirmou que trocava frequentemente o local onde colocava as chaves do apartamento; (2) o recorrente ser, então, amigo da vítima, em casa de quem esteve várias vezes e, por via disso, ter conhecimento de que ele costumava colocar as chaves das portas dentro do armário de sapatos no exterior da fracção, sem que tenha sido dado por provado que existia pelo menos uma segunda via das chaves das portas que a vítima transportava usualmente consigo.
5. A relevância da questão prende-se com o facto de ter sido dado por provado que o recorrente soube, no dia 28/4, que a vítima não estava na fracção e ali se dirigiu para se apropriar das chaves, depois do que teve um encontro com o 2º arguido, a quem as entregou, havendo o 1º arguido, pela 1h da manhã de 1/5, depois de ter confirmado que a vítima não estava em casa, informado o 2º arguido para que este desencadeasse o plano criminoso.

-
6. Isto é, a vítima teria estado, na lógica resultante da factualidade apurada, sem as chaves do seu apartamento entre 28/4 e 1/5, situação que deixaria uma dúvida inultrapassável quanto efectivo envolvimento do aqui recorrente no crime a não ser que tivesse sido demonstrado que a vítima estivera três para quatro dias ausente do seu apartamento e sem se dirigir a sua casa – o que não foi o caso.
 7. Ainda, porém, que se desse como pressuposto que a vítima tinha duas vias das chaves do seu apartamento – umas que transportava consigo e outras guardadas no exterior do apartamento – e ainda que essa tenha sido a base do entendimento do douto Tribunal que subjaz à conclusão da co-participação do 1º arguido, aqui recorrente, nos factos – a deslocação das chaves do apartamento da vítima que se encontravam no armário de sapatos no exterior do apartamento para outro local o período mencionado (três dias inteiros), afigura-se, constituiria um elevado risco para o recorrente, dada a possibilidade que não deixaria de ponderar de que a vítima, nesse período e por qualquer razão, tivesse tido necessidade de recorrer à chaves que estavam guardadas no exterior do apartamento.
 8. Pois, em tal caso, não os teria encontrado, não sendo de excluir, nessa hipótese, que se prevenisse quer telefonando ao 1º arguido para lhe perguntar se as tinha inadvertidamente levado dali ou que tivesse, logo nesse hipotético momento, alertado as autoridades policiais.
 9. Há erro notório na apreciação da prova quando *“a quo se teve como provado ou não provado está em desconformidade com o que realmente se provou ou não provou”*, isto é, “que foram provados factos incompatíveis entre si ou as conclusões são ilógicas ou inaceitáveis” de tal forma que *“um homem médio, perante o que consta do texto da decisão recorrida, por si só ou conjugada com o senso comum, facilmente se daria conta de que o tribunal violou as regras da experiência ou se baseou em juízos ilógicos, arbitrários ou mesmo contraditórios ou se desrespeitaram regras sobre o valor da prova vinculada ou das legis artis”*.
 10. Toda a prova incriminatória do aqui recorrente passou pelas declarações do 2º arguido e pela ideia de que, sem ele, o crime era insusceptível de ser executado, sem que tenha sido avaliada em toda a sua dimensão a questão de saber se corresponderia à verdade ou não que o 1º arguido chegar a estar anteriormente da vítima com o 2º arguido, situação em que o segundo não necessitaria do primeiro para a execução do crime.
 11. A vítima afirmou em audiência que trocava frequentemente o local onde colocava as chaves do apartamento, do que decorre uma dúvida quanto a saber-se se o aqui recorrente tinha um efectivo conhecimento do último local onde aquele as colocara.
 12. O Tribunal deu relevância ao facto de o recorrente ser, então, amigo da vítima e, por via disso, ter conhecimento de que ele costumava colocar as chaves das portas dentro do armário de sapatos colocado no exterior da fracção, sem que tenha sido dado por provado que existia pelo menos uma segunda via das chaves das portas que a vítima transportava consigo, nomeadamente na madrugada em que se deu o assalto do seu apartamento.
 13. Não foi ponderado o risco que representaria para o aqui recorrente o facto de ter sido dado por provado de o recorrente e o 2º arguido terem mantido as chaves (únicas ou uma das vias) do apartamento da última em seu poder entre 28/4 e 1/5, factor gerador de uma dúvida inultrapassável quanto efectivo envolvimento do recorrente no crime.
 14. Na verdade, a deslocação das chaves do apartamento da vítima que se encontravam no armário de sapatos dentro daquele espaço de tempo constituiria um factor dissuasor de um qualquer envolvimento do recorrente num crime planeado e cometido dentro daquele período.

檢察院就上訴人所提出的上訴作出答覆，其內容如下：

1. 上訴人是單純不同意原審法院採信第二嫌犯的聲明，而不選擇採信上訴人的版本。
2. 原審法院是根據自由心證去判斷哪一名嫌犯的聲明可信或不可信。再者，原審法院不只是聽取第二嫌犯的聲明，還結合了其他證人的證言及錄像片段而認定本案的事實。我們看不出第二嫌犯的聲明有任何虛假的情況。
3. 上訴人於上訴狀中表示第二嫌犯之前去過被害人的單位，但第二嫌犯則否認之前認識被害人及否認之前去過被害人的單位，被害人亦確認不認識第二嫌犯及未見過第二嫌犯到其家中，故第二嫌犯與被害人之間沒有半點的聯繫。
4. 另外，雖然被害人表示會定期更換後備鎖匙的位置，而在案發前的不久才將後備鎖匙放在鞋櫃內，但上訴人在庭上表示其知悉被害人有將後備鎖匙放在單位門外的鞋櫃的習慣，且表示之前曾使用後備鎖匙進入單位拿取資料。由此可見，上訴人是清楚知道事發時被害人後備鎖匙的位置。
5. 再者，雖然被害人身上有攜帶單位的鎖匙，但被害人從沒有遺失身上的鎖匙，反而事發後發現鞋櫃內的後備鎖匙不見了，故本案中肯定是有人取走鞋櫃內的後備鎖匙開啟單位的門盜取財物的。

15. O Tribunal recorrido violou a norma do art.º 196º, alíneas b) e f) (2) do Código Penal ao aplica-la no caso, quando se imporia a sua desaplicação.

Pedido

Termos em que, contando com o douto suprimento de Vossas Excelências, e em consequência do exposto se requer seja dado provimento ao recurso e, na sua procedência, o reconhecimento do invocado vício do erro notório na apreciação da prova, na vertente que se deixou invocada e ordenado o reenvio do processo para novo julgamento relativamente ao vertido nos pontos que se julgaram controvertidos, assim se fazendo a habitual Justiça!

6. 正如第二嫌犯在庭上所述，上訴人當時告知第二嫌犯，其交予第二嫌犯的鎖匙是其事前複製的，事發當日第四及第五嫌犯利用複製的鎖匙開啟鐵門，但開不到木門，第二嫌犯遂致電上訴人，上訴人便告知第二嫌犯嘗試尋找鞋櫃內的後備鎖匙以打開單位的木門，而第二嫌犯將有關情況告知“F”，再由“F”轉告第四及第五嫌犯，最終第四及第五嫌犯順利進入單位取走財物，而被害人發現財物失竊後亦發現鞋櫃內的後備鎖匙不見了。故按照邏輯，上訴人先取走鞋櫃內的後備鎖匙並進行複製，再將後備鎖匙放回原位，以防被害人在事發前發現後備鎖匙不見了而令計劃失敗。
7. 第二嫌犯不認識被害人，亦沒有去過被害人的單位，怎會知道鞋櫃內後備鎖匙的存在？相反，上訴人熟識被害人，經常到被害人的家中，亦知悉被害人有擺放後備匙的習慣，被害人在庭上亦稱上訴人是知悉被害人事發當晚外出不在家中。倘不是上訴人策劃這一切，第二嫌犯又怎會知悉被害人家中沒有人方便下手偷竊財物？
8. 本院認為第二嫌犯在庭上的態度真切誠懇，所述的情況亦符合邏輯，更重要的是，第二嫌犯與上訴人之間沒有仇怨，而第二嫌犯亦已承認其是其中一名作案人，根本沒有冤枉上訴人的必要。
9. 綜上所述，本院認為，原審法院認定上訴人作出本案的犯罪事實，當中並沒有明顯的錯誤，上訴人認為被上訴判決沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c) 項的瑕疵的理由是不成立的。

駐本院助理檢察長提出法律意見書認為上訴人指初級法院合議庭裁判書沾有了“事實上之事宜不足以支持作出裁判”的瑕疵的理由不

能成立的，其上訴應予以駁回。

本院接受上訴人提起的上訴後，裁判書製作人認為上訴理由明顯不能成立，並運用《形式訴訟法典》第 407 條第 6 款 b) 項所規定的權能，對上訴作簡單的裁判。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

- 第一嫌犯 A 與被害人 G 為朋友關係。第一嫌犯曾多次到被害人位於澳門永華街華茂新村第 X 座 X 樓 XX 室的住所，及知悉被害人習慣將單位的鐵門及木門鎖匙放在住所外鞋櫃內。
- 同時，第一嫌犯亦獲悉被害人家中放有名貴手錶及現金（約港幣數拾萬元），遂萌生貪念伺機取去被害人的財物。
- 2016 年 4 月下旬，第一嫌犯告知第二嫌犯 B，並要求多找數人合作拿取他人財物。為此，第二嫌犯找來“XX”及透過一化名“F”的不知名男子夥同第四嫌犯 D 及第五嫌犯 E 共同犯案。
- 第一嫌犯先確認被害人的行蹤及取去單位的鎖匙，第二嫌犯、“XX”及“F”則到場視察及聯絡第四嫌犯及第五嫌犯，由第四嫌犯及第五嫌犯入屋拿取有價財物並瓜分所得，第一嫌犯及第二嫌犯、第四嫌犯及第五嫌犯與上述其他人士達成協議。
- 4 月 28 日（具體時間不詳），第一嫌犯透過微信知悉被害人不在單位並前往該單位取去鎖匙。
- 之後，第一嫌犯與第二嫌犯在中國內地見面及將被害人住宅鎖匙交予第二嫌犯，再吩咐其等候指示行動。

- 5 月 1 日時凌晨約 1 時，第一嫌犯確認被害人不在單位後便通知第二嫌犯前往上址按計劃犯案。
- 凌晨約 2 時，第二嫌犯到上址門外查看確認單位無人後，遂通知“XX”及一不知名男子在僑光工業大廈會合，再聯絡第四嫌犯及第五嫌犯。
- 凌晨約 4 時 55 分，第四嫌犯及第五嫌犯接過第二嫌犯交予二人鎖匙後到達被害人的住所，但找不到該單位，故第二嫌犯折返帶二人到被害人住所門外後離去（見卷宗第 23 至 34 頁之翻閱錄影光碟筆錄）。
- 第四嫌犯及第五嫌犯使用上述鎖匙進入單位，取去被害人的財物，包括現金不少於港幣 35 萬元及兩隻手錶，其中一隻牌子為勞力士、顏色金鋼，型號 116713LN，錶身編號 G888255，購入時價值港幣 73,000 元（見卷宗第 18 頁之發票相片）及另一隻牌子為 FRANK MULLER，型號及錶身編號不詳，價值不詳；第四嫌犯及第五嫌犯之後離去。第四嫌犯及第五嫌犯從中取去部分的金錢，餘下的財物連同背包交予“F”。
- “F”與第二嫌犯及“XX”會合後，從第四嫌犯及第五嫌犯交出的背包內發現上述剩餘財物，“F”及“XX”隨即分別取去現金港幣 80,000 元及港幣 25,000 元，而第二嫌犯則帶著背包及餘下物品返回其住所（見卷宗第 44 至 48 頁之翻閱錄影光碟筆錄）。
- 同日下午約 2 時 30 分，被害人返回住所。
- 之後，被害人發現放在床頭櫃上的財物不見了，再檢查後，發現衣櫃內一個已上鎖的抽屜被撬開及財物不見了，遂報警求助。

- 其後(具體時間不詳), 第二嫌犯按第一嫌犯指示帶著上述財物到中國內地與其會合; 當時, 第一嫌犯分得港幣 95,000 元及兩隻手錶; 之後, 第一嫌犯又將上述屬被害人的一隻勞力士手錶交予第二嫌犯, 第二嫌犯還分得港幣 50,000 元。
- 之後, 第二嫌犯將該等財物交予其姑丈 H 保管。警員在 H 搜獲現金港幣 50,000 元及勞力士錶 (見卷宗第 68 及 72 頁之搜索及扣押筆錄)。
- 經被害人辨認後, 確認該手錶屬其所有 (見卷宗第 75 及 76 頁之辨認物件筆錄)。
- 經評估後, 上述勞力士手錶現時約值港幣 65,000 元 (見卷宗第 201 頁之鑑定筆錄)。
- 至今, 上述 FRANK MULLER 手錶仍未尋回。
- 第一嫌犯、第二嫌犯、第四嫌犯及第五嫌犯共同合意、合謀、合力、分工合作, 在被害人不知悉及未經其同意的情況下, 擅自拿取被害人放在單位外的鎖匙進入單位內, 將明知屬他人相當巨額之動產取去並瓜分犯罪所得。
- 第一嫌犯、第二嫌犯、第四嫌犯及第五嫌犯是在自由、自願及有意識的情況下, 故意實施上述行為。
- 第一嫌犯、第二嫌犯、第四嫌犯及第五嫌犯清楚知道其行為是法律所不容, 會受相應法律之制裁。
- 此外, 還查明:
- 第二嫌犯在庭審前以賠償名義向本案存放了港幣 120,000 元, 之後在續審期間再以賠償名義向本案存放了港幣 50,000 元。
- 第一嫌犯 A 表示具有高中畢業的學歷, 平面設計師, 每月收入為澳門幣 20,000 元至 30,000 元, 未婚, 未有子女。

- 根據嫌犯的最新刑事記錄顯示，第一嫌犯並非初犯。
- 第一嫌犯曾因觸犯第 3/2007 號法律《道路交通法》第 90 條第 1 款所規定及處罰的一項「醉酒駕駛罪」，於 2013 年 3 月 8 日被第 CR3-13-0040-PSM 號卷宗判處 3 個月徒刑，准以罰金代替，每日為澳門幣 200 元，合共澳門幣 18,000 元，倘若嫌犯不支付該罰金，則須服 3 個月徒刑，作為附加刑，判處嫌犯禁止駕駛，為期 1 年，判決於 2013 年 3 月 18 日轉為確定，嫌犯已繳納該罰金。
- 第二嫌犯 B 表示具有高中二年級的學歷，網購員，每月收入為澳門幣 8,000 元至 10,000 元，未婚，未有子女。
- 第三嫌犯 C 表示具有高中二年級的學歷，學生，未婚，未有子女。
- 根據嫌犯的最新刑事記錄顯示，第二嫌犯至第五嫌犯均屬於初犯。
- 未能證明的事實：
- 第三嫌犯 C 與本案的作案人“XX”為同一人。
- 被害人被偷去的 FRANK MULLER 手錶價值港幣 170,000 元。
- 被害人還有一些外幣，如：美金、歐元、泰銖及台幣，折合約港幣 5 萬元被偷去。
- 第四嫌犯及第五嫌犯從中取去的現金為港幣 10 萬元。
- 第三嫌犯共同合意、合謀、合力、分工合作，在被害人不知悉及未經其同意的情況下，擅自拿取被害人放在單位外的鎖匙進入單位內，將明知屬他人相當巨額之動產取去並瓜分犯罪所得。

- 第三嫌犯是在自由、自願及有意識的情況下，故意實施上述行為。
- 第三嫌犯清楚知道其行為是法律所不容，會受相應法律之制裁。
- 控訴書中與上述已證事實不符的其他事實。

三、法律部份

上訴人在其上訴理由中，指出由於被上訴裁判在認定事實的時候缺乏考慮兩點重要的事實：第一，受害人確認經常更換放置單位的大門鑰匙的地點；第二，上訴人是受害人的朋友，曾多次到被害人的住所及知悉被害人習慣將單位的鐵門及木門鎖匙放在住所外鞋櫃內，但是並沒有證實至少存在受害人習慣性將鑰匙帶在身上的另外一種方式，而證實了不相容的事實或者基於事實而得出邏輯上不能接受的結論而沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項所規定的“審查證據方面明顯有錯誤”的瑕疵，因為這個不相容之處在於證實了第一嫌犯於 4 月 28 日知悉被害人不在單位並前往該單位取去鎖匙，之後上訴人與第二嫌犯見面及將被害人住宅鎖匙交予第二嫌犯，最後於 5 月 1 日時凌晨第一嫌犯確認被害人不在單位後便通知第二嫌犯前往上址按計劃犯案的事實。也就是說，至少受害人必須 4 天不在其住所以及沒有帶上鑰匙。最後請求發回重審。

很明顯其上訴理由，不能成立。

眾所周知，《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項所規定的“審查證據方面明顯有錯誤”的瑕疵是指，對於原審法庭所認定的既證事實及未被其認定的事實，任何一個能閱讀原審合議庭裁判書內容的人士在閱讀後，按照人們日常生活的經驗法則，均會認為原審法庭對案中爭議事實的審判結果屬明顯不合理，或法院從某一被視為認定的事實中

得出一個邏輯上不可被接受的結論，又或者法院在審查證據時違反了必須遵守的有關證據價值的規則或一般的經驗法則，而這種錯誤必須是顯而易見的錯誤（參見中級法院於 2014 年 4 月 3 日在第 602/2011 號上訴案件、於 2014 年 5 月 29 日在第 115/2014 號上訴案件等）。

在本案中，正如尊敬的檢察官在上訴理由答覆中所指出，被上訴的合議庭裁判中已一一列載了所有已證實的控訴書重要事實及未證事實，而原審法院形成心證的基礎亦正正在被上訴合議庭裁判中所列的已證事實，以及客觀綜合分析了各證人的證言、扣押物、指紋鑑定筆錄、嫌犯出入境記錄等書證，結合經驗法則進行邏輯分析而作出的事實認定。

上訴人試圖通過對原審法院所認定的事實的某些細節的不詳盡的糾纏達到質疑原審法院所認定的事實之間的不相容的目的。事實上，雖然，原審法院所認定的事實沒有詳盡描寫上訴人在受害人的門外的鞋櫃取得鑰匙之後的其他事實，但是，正如上訴人所提交的庭審錄音的轉抄（第 665 - 666 頁）的內容可見，上訴人 A 交予第二嫌犯 B 的鎖匙是其事前複製的，案發時，第四及第五嫌犯使用該複製的鎖匙開啟鐵門後，當時是透過第二嫌犯 B 致電上訴人 A 才知悉鞋櫃內的後備鎖匙開啟木門才成功進入案發單位入屋。

雖然我們不能說上訴人企圖質疑原審法院的自由心證，但是我們可以看到原審法院通過庭審的所有活動認定的上述的重要的事實，這些事實與上訴人所抄錄的而沒有被認定的事實之間只有互相彌補的關係並沒有任何的不相容，故不存在任何的在審理證據上的錯誤，尤其是明顯違反了有關證據價值的規則或一般的經驗法則，從而作出一個在邏輯上不可被接受的結論，尤其是可以得出排除上訴人參與以及領導實施本案的入屋盜竊的犯罪事實的結論以及出現原審法院的判決違反刑法典第 196 條的規定的情況。

可見，上訴人指初級法院合議庭裁判書沾有了<<刑事訴訟法典

>>第 400 條第 2 款 c 項所規定的在審理證據上的明顯錯誤的瑕疵的上訴理由是明顯不能成立的，應予以駁回。

四、決定

綜上所述，中級法院裁判書製作人裁定上訴人的上訴理由明顯不能成立，予以駁回。

本案訴訟費用由上訴人支付，並應繳納 3 個計算單位的司法稅，包括依照刑事訴訟法典第 410 條第三款所規定相同計算單位的懲罰性金額。

澳門特別行政區，2017 年 7 月 27 日

蔡武彬